

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 503.795 - SP (2019/0102680-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : ALESSANDRO SACHETTI (PRESO)
ADVOGADO : CLÁUDIO ALVARENGA DA SILVA - SP286067
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental no agravo regimental no **habeas corpus**, interposto por **ALESSANDRO SACHETTI**, em face de v. acórdão da eg. **Quinta Turma**, às fls. 157-169, que desproveu o recurso, nos termos da ementa baixo (fl. 157):

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NÃO ENFRENTAMENTO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, cumpre ao agravante impugnar especificamente os fundamentos estabelecidos na decisão agravada.

II - "A quantidade e variedade das substâncias tóxicas apreendidas em poder da agente, bem como a natureza altamente deletéria de duas delas (cocaína e crack), são fatores que, somados à forma de acondicionamento dos estupefacientes - já individualizados e prontos para revenda -, indicam sua dedicação e habitualidade à narcotraficância [...]" (HC n. 484.524/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/2/2019).

III - "Rever o entendimento do eg. Tribunal a quo [...], demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático probatória, procedimento incompatível com a estreita via do habeas corpus" (HC n. 464.470/SP, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe de 23/10/2018).

IV - In casu, a Defesa limitou-se a reprisar os argumentos do habeas corpus, o que atrai a Súmula n. 182 desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual é inviável o agravo regimental que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido."

No presente recurso, o agravante reitera os argumentos já lançados na inicial do **writ** e na petição do primeiro agravo regimental. Requer o conhecimento e provimento do presente recurso, facultado o juízo de retratação, a fim de, ao final, ser reformada a decisão atacada e a ordem de impetração concedida.

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta conhecimento.

A interposição de recurso de agravo regimental contra decisão colegiada constitui erro grosseiro (mera inteligência do art. 1.021 do CPC e do art. 258 do RISTJ).

Nesse sentido: *"A interposição de agravo interno contra decisão colegiada constitui erro grosseiro, sendo inviável a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para o recebimento do recurso como embargos de declaração, ensejando a certificação do trânsito em julgado. À propósito: AgInt no REsp n. 1.693.319/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 23/5/2018; AgInt nos EDcl no AgRg no MS 23901/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell, Corte Especial, julgado em 14/03/2019, DJe 02/04/2019 e AgRg no AgRg no RE nos EDcl no AgRg nos EAREsp 822343/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 15/08/2018, DJe 22/08/2018"* (AgRg nos EDcl no AgRg nos EREsp 1374714/RN, **Corte Especial**, Rel. Min. **Francisco Falcão**, DJe 23/05/2019).

Saliente-se que sequer caberia o pedido de reconsideração em sede de julgamento colegiado, por ausência de previsão legal e/ou regimental.

Exemplificativamente: *"É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não ser cabível pedido de reconsideração contra decisão proferida por órgão colegiado, em virtude da ausência de previsão legal e regimental. Precedentes"* (RCD no AgInt no AREsp 1303558/SP, **Terceira Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe 15/05/2019).

Diante do exposto, **não conheço do recurso de agravo**

regimental, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Arquivem-se os autos.

P. I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

